

Pedaço do Nordeste quatro vezes maior que Estado do Rio está virando deserto

Técnicas não apropriadas para derrubar caatinga e culturas inadequadas são as causas

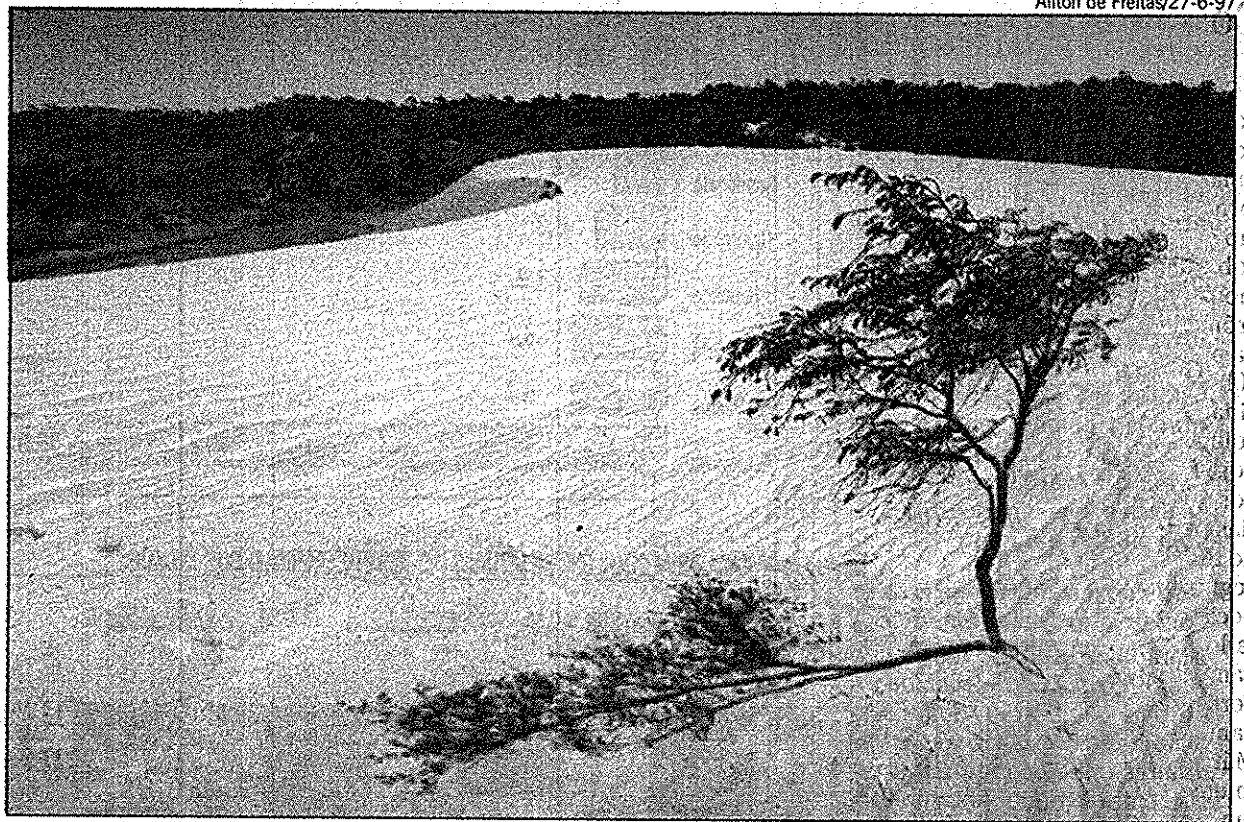
Hugo Marques

• BRASÍLIA. Está nascendo um grande deserto com uma área quatro vezes maior do que a do Estado do Rio no semi-árido brasileiro. São 180 mil quilômetros quadrados em processo de desertificação, no coração do Nordeste. O mapeamento do semi-árido — realizado com imagens do Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama — está sendo concluído pelo Ministério do Meio Ambiente e será entregue até o início de dezembro a todos os governadores do Nordeste, para que tomem providências que evitem a criação de um novo deserto, maior que alguns países da Europa.

— É realmente muito grave o processo de desertificação — alertou Heitor Matallo, coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente.

Estudo mostra existência de áreas degradadas até no Sul

O que se conhecia antes eram quatro áreas de intensa degradação no semi-árido, os chamados núcleos de desertificação: Gilbués (PI), Irauçuba (CE), Cabrobó (PE) e Seridó (RN), que somam 18,7 mil quilômetros quadrados. Há também áreas degradadas no Tocantins, como o deserto do Jalapão, e até no Rio Grande do Sul e no Paraná. Mas nada se compara às extensas regiões agora identificadas. São 98.595 mil quilômetros quadrados afetados de forma muito grave e outros 81.870 mil quilômetros quadrados afetados de forma grave, critérios que o ministério utiliza para classificar os danos à natureza. Este novo deserto em formação abrange



UMA MANGABEIRA isolada ainda resistiu ao avanço das areias do deserto do Jalapão, no estado de Tocantins

áreas de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A maior concentração de áreas em processo de desertificação está no Sertão nordestino.

Heitor Matallo afirmou que a falta de técnicas apropriadas para a derrubada da caatinga e o plantio de culturas inadequadas, sem a devida tecnologia, são as maiores causas da devastação do meio ambiente. E nem a utilização de técnicas mais modernas tem evitado a destruição do solo. O Governo federal condicionará financiamentos agrícolas a técnicas de plantio que evitem a desertificação. Segundo Matallo, foi

constatado um rápido processo de salinização do solo no semi-árido. Em culturas irrigadas, a água penetra nas camadas mais profundas, deixando os sais mais pesados na superfície do solo.

— No atual ritmo de degradação, em 30 ou 40 anos a área desertificada dobrará — disse ele.

Ele alerta que são altos os custos de recuperação de solos em processo de desertificação. A correção do solo exige o reflorestamento com espécies nativas. A desertificação provoca o assoreamento de rios e barragens. Segundo Matallo, a experiência mostra que a desertificação provoca ainda problemas sociais, como a mi-

séria e as grandes migrações.

Ministros do meio ambiente de oito países — Brasil, Colômbia, Bolívia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela — se reúnem no Itamaraty, a partir de domingo, na Conferência Internacional Amazônia 21 — Uma agenda para um mundo sustentável. Eles discutirão políticas integradas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. O ministro Gustavo Krause disse ontem que os projetos de desenvolvimento da Amazônia não contemplam a parte da floresta que está em outros países e que é necessário criar um programa internacional de desenvolvimento integrado. ■